

Balanço sobre a luta anticolonial e a revolução socialista em Moçambique: a obra de Aquino de Bragança como referência para as lutas contemporâneas em África e América Latina

Luiz Felipe Leão Maia Brandão¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo ensejar uma reflexão sobre a luta anticolonial e a revolução socialista, adotando como referência a obra do intelectual goense radicado em Moçambique Aquino de Bragança. Busca-se estabelecer uma interlocução entre o trabalho desse pensador e o debate acerca dos temas supracitados, tendo em perspectiva a África e a América Latina da contemporaneidade. Para tanto: sumariza a obra de Bragança, elencando algumas das principais questões por ele levantadas, tendo como foco o anticolonialismo e a revolução socialista em Moçambique e extrai os elementos teóricos gerais da obra de Bragança, estabelecendo a interlocução entre os temas nela apresentados com o contexto latino-americano. O artigo reafirma a relevância da obra de Aquino de Bragança para o debate acerca das lutas de enfrentamento ao imperialismo, em todas as nações postas sob o jugo desse fenômeno na contemporaneidade.

Palavras-chave: Aquino de Bragança; África; América-Latina.

A review of the anti-colonial struggle and the socialist revolution in Mozambique: Aquino de Bragança's work as a reference for contemporary struggles in Africa and Latin America

Abstract: The aim of this paper is debating the anti-colonial struggle and the socialist revolution based on the work of the Goan-born/Mozambique-rooted intellectual Aquino de Bragança. This paper establishes an interlocution between the work of this thinker and the debate on the aforementioned themes, taking into account contemporary Africa and Latin America. Therefore, it summarizes Bragança's work by listing some of the main questions that it raised, regarding anti-colonialism and the socialist revolution in Mozambique and extracting the general theoretical elements of Bragança's thinking, linking the themes presented in the previous section to the Latin American context. The article reaffirms the relevance of Aquino de Bragança's work to the debates on the

¹ Graduado e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Este trabalho foi desenvolvido no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), mediante atuação como pesquisador visitante. O autor agradece ao Professor Maciel Santos e aos demais integrantes do CEAUP, pelo suporte oferecido para o desenvolvimento da pesquisa, e aos dois avaliadores anônimos, pelas críticas e sugestões apresentadas durante o processo de submissão deste artigo. E-mail: luizbrandao83@gmail.com

struggles against imperialism, in all subjugated post-colonial countries in contemporaneity.

Keywords: Aquino de Bragança; África; Latin-America.

Artigo recebido em: 31/07/2021

Artigo aprovado para publicação em: 10/01/2022

O objetivo deste artigo é ensejar uma reflexão sobre a luta anticolonial e a revolução socialista a partir da obra do intelectual Aquino de Bragança, estabelecendo uma interlocução entre o trabalho do pensador e o debate acerca dos temas supracitados, em África e na América Latina da contemporaneidade.

Bragança nasceu em Goa (à época uma colônia portuguesa e atualmente parte da Índia) e, após ter experiência política e acadêmica em diversos países, radicou-se em Moçambique. Seu processo de formação intelectual contou com uma passagem pela França, na Universidade de Grenoble, onde estudou física, e na Universidade de Paris, onde estudou matemática. Nessas instituições entrou em contato com nomes como o angolano Mário Pinto de Andrade (membro fundador e primeiro presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA), o moçambicano Marcelino dos Santos (decano da Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO) e o martiniquense Frantz Fanon (médico e filósofo engajado na luta por independência da Argélia). Essas experiências e interlocuções, juntamente às realidades coloniais por ele vivenciadas, ajudaram a desenvolver em Bragança uma forte consciência política de corte marxista.

Sua figura ganhou evidência como intelectual orgânico do pensamento anticolonial, sendo figura de proa na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas de 1961, ocasião em que diferentes movimentos de insurgência contra o colonialismo português coordenaram internacionalmente suas diversas lutas por autodeterminação. Após a Revolução dos Cravos portuguesa, ocorrida em 25 de abril de 1974, Aquino de Bragança aprofundou o seu envolvimento com a política moçambicana,

filiando-se à FRELIMO. Consolidada a independência de Moçambique e a vitória política da FRELIMO, o intelectual goense assumiu o cargo de conselheiro de Estado do então Presidente Samora Machel. Nesse período, Bragança vivenciou eventos que consubstanciariam seus artigos de intervenção sobre o processo de luta anticolonial, levado a cabo pela FRELIMO, e sobre a luta de classes no seio do recém-criado Estado moçambicano.

No âmbito acadêmico, merece destaque o trabalho desenvolvido conjuntamente à intelectual sul-africana Ruth First (exilada em Moçambique em função de perseguições por sua luta contra o *apartheid*) no estabelecimento do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, na cidade de Maputo em 1975. O cerne das pesquisas do grupo estava nas questões ligadas ao desenvolvimento em Moçambique e as implicações das ações subimperialistas dos vizinhos Rodésia e África do Sul sobre a economia moçambicana.

Foi nesse contexto que Bragança desenvolveu um trabalho comprometido com uma visão crítica e materialista dos processos em que tomou parte, produzindo uma obra que – a despeito de tratar em sua maioria do contexto africano, com ênfase predominante em Moçambique – tem caráter universal. Sua análise do processo de luta anticolonial e da tentativa de construção do socialismo na periferia do sistema traz um conjunto de problemáticas que perfazem a agenda política tanto dos países de África quanto da América Latina, na medida em que esta última também padece subalternizada historicamente pelo colonialismo e pelo imperialismo. Tendo tal correspondência entre processos históricos em vista, este trabalho busca depreender como as contribuições de Bragança podem ser estendidas ao debate político latino-americano da contemporaneidade.

Para tanto, o texto segue dividido em três partes: a primeira sumariza a obra de Bragança, elencando algumas das principais questões por ele suscitadas, tendo como foco sua abordagem do anticolonialismo e da revolução socialista em Moçambique. Já a segunda busca extrair os elementos teóricos gerais da obra de Bragança e estabelecer a

interlocução entre os temas apresentados na seção anterior com o contexto latino-americano; ao remate, há uma breve seção com considerações finais.

Tal como posto por Darch (2014, p. 18), este trabalho se justifica frente à relevância da obra de Aquino de Bragança – dada a riqueza de sua experiência empírica e a universalidade de sua problematização teórica – para o debate acerca das lutas de enfrentamento ao imperialismo, em todas as nações postas sob o jugo desse fenômeno ainda na contemporaneidade.

Anticolonialismo e Revolução Socialista em Moçambique

A maior parte da obra de Aquino de Bragança foi desenvolvida no curso das lutas por libertação nacional às quais ele aderiu, sendo a sua vivência em tais episódios a principal fonte de material empírico para seus textos. Bragança era apelidado de *submarino*, devido à sua presença discreta, mas estratégica, em delicadas negociações diplomáticas do governo moçambicano (DARCH, 2014, p. 15). Uma dessas oportunidades se deu no conjunto de reuniões, conduzidas com o objetivo de negociar os termos da independência de Moçambique, após a Revolução dos Cravos em Portugal. Bragança (1986) apresenta um relato em que lança seu olhar crítico sobre os bastidores desse processo, do qual foi partícipe.

Segundo o texto, o General António de Spínola, que assumiu a frente do governo de salvação nacional português imediatamente após o 25 de abril, defendia que era necessário democratizar Portugal, primeiramente, para só então levar a cabo uma *descolonização gradual* (na verdade, um plano que visava manter as minorias brancas na hegemonia dos futuros estados pós-coloniais, independentes). Em contrapartida, a FRELIMO, diante da senda histórica aberta pela conjuntura metropolitana, buscou evitar ambiguidades nos trâmites da transferência do poder nos domínios coloniais e firmou posição em defesa da descolonização imediata, como condicionante indispensável à democratização – e não o contrário. Em meio a tal conflito, estava o Movimento das Forças Armadas (MFA), conjunto de capitães que tinham organizado e posto em marcha a derrubada do fascismo. Imediatamente após a tomada do poder, o MFA perdeu seu

ímpeto descolonizador, algo que só foi reestabelecido mediante a intransigência dos movimentos de luta anticolonial.

Bragança aponta que a posição antifascista dos movimentos anticoloniais (que reverberava internamente em Portugal graças à ação do Partido Comunista Português) teve um papel preponderante no sentido de sedimentar a via da independência de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Para tanto, enfatiza as falas de Samora Machel, nas quais o líder da FRELIMO destacava, durante o processo de transição do poder, que o povo português também havia sido vítima do fascismo e que o verdadeiro inimigo do povo moçambicano era o sistema colonial. Assim, Bragança buscava evocar, ao mesmo tempo, a questão de classe e a solidariedade internacional como fatores de aglutinação mais amplos, ainda que no contexto de uma luta de libertação nacional.

Apesar de seu engajamento junto à FRELIMO e de sua defesa incondicional da luta anti-imperialista e pela construção do socialismo, Bragança não abdicava da crítica às experiências concretas ensejadas pelas posições políticas que defendia (como o caso moçambicano), e lutava contra análises laudatórias e as autocríticas condicionadas que vicejavam nos movimentos de libertação. No texto *Da Idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique*, Bragança, em parceria com o historiador congolês Jacques Depelchin, põe em prática essa postura, criticando estudos do processo moçambicano, então recém-publicados e feitos por companheiros da academia, que se limitavam a analisar a FRELIMO com base nos pressupostos e objetivos enunciados pelo próprio partido (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986). Em uma busca pela *análise concreta da situação concreta*, o texto desvela os impactos da luta de classes e do oportunismo, de esquerda e de direita, presentes no aparelho do recém-criado Estado moçambicano, e o conseqüente enfraquecimento do ímpeto revolucionário do partido.

Outro ponto, apontado por Bragança e Depelchin (IBID., pp. 37-39), é a necessidade de compreensão do conflito anticolonial para além da hagiografia elaborada a posteriori, de modo laudatório e teleológico *pelo e para* o lado vitorioso. O texto

supracitado foi redigido durante a guerra-civil deflagrada pós-independência, em um contexto marcado pela oposição entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) – guerrilha reacionária financiada pelos regimes da Rodésia (Zimbabwe, após 1980) e África do Sul, onde vigoravam regimes de *apartheid*. Como destaca Darch (2017), trata-se de um dos primeiros textos a identificar e problematizar os limites do processo de autocrítica feita pela FRELIMO e apontar as contradições de classe que se imbricavam no seio do partido àquela altura.

O referido trabalho é marcado, ainda, pela descrição dos membros da RENAMO como “bandidos armados” (IBID., p. 47-49), tal como feito pelo discurso oficial da FRELIMO, que buscava deslegitimar a base social de seus opositores, tratando-os como inimigos externos (mercenários financiados pelos regimes de *apartheid* da Rodésia e, subsequentemente, da África do Sul). Tal posicionamento era adotado não apenas por Bragança e Depelchin, mas pelos demais pesquisadores que trabalhavam junto a eles no Centro de Estudos Africanos (CEA), da Universidade Eduardo Mondlane. Essa interpretação da RENAMO seria objeto de críticas e tratada como evidência da vinculação ideológica e subjugação acadêmica dos profissionais do CEA ao aparato estatal moçambicano, dominado pela FRELIMO. Segundo tais objeções, empreendidas por autores como Geffray (2009) e Cahen (2007), essa condição nublava a percepção dos membros do CEA acerca de problemáticas de pesquisa tidas como pertinentes.

Deve-se reconhecer que a crítica relativa ao enfrentamento da questão da RENAMO resguarda coerência com pontos específicos da conduta metodológica do CEA. De fato, durante muito tempo, o CEA passou ao largo de reconhecer que a guerrilha tinha bases sociais em Moçambique, constituindo-se como algo além de mera intervenção externa, ou um grupo de bandidos armados. Todavia, como pondera Darch (2017), a simpatia que os pesquisadores do CEA tinham pela causa da FRELIMO não representava uma sujeição da pesquisa aos ditames do partido. Como prova disso, o autor toma o trabalho de Bragança e Depelchin como um exemplo pioneiro da crítica à interdição ideológica no seio da FRELIMO e à incapacidade de o governo moçambicano

compreender a natureza dos conflitos entre o Estado e o povo após a independência. Como sintetiza Darch:

Esta foi efetivamente a primeira tentativa analítica, publicamente divulgada, de reconhecer e lidar com as divisões internas dentro da FRELIMO, no contexto no qual o discurso público do partido construiu uma fachada de frente unida. Neste respeito [...] foi precisamente o CEA que estava fazendo uma tentativa genuína de levar à cena pública uma discussão séria e aberta sobre o que o impasse de 1986 [com a morte do Presidente Samora Machel] representou. (DARCH, 2017, p. 128)

Mediante a postura acima descrita, Bragança confrontava tanto o revisionismo liberal, pautado por um moralismo que descaracteriza o papel do engajamento revolucionário na produção da teoria, quanto uma perspectiva meramente laudatória à Revolução, que assumia um sentido teleológico, no qual êxito obtido pelo partido revolucionário do decurso da conquista do poder era a própria evidência da justiça de todos os seus atos. Assim, no lugar de debater a tensão entre um marxismo idealizado (que deveria ser responsável por apontar a ação correta da FRELIMO) e a realidade do partido no exercício do poder, Bragança buscava, por meio de uma atitude efetivamente marxista, conhecer o conjunto de contradições que se manifestavam no seio da formação social moçambicana, pensando como esse processo reverberava nas dinâmicas do Estado. Consolidava-se, assim, uma abordagem teórica: “[...] definida no terreno, que conjuga a assimilação crítica dos clássicos modernos da guerra popular e o balanço das experiências de inspiração marxista dos ‘países irmãos’ [...]” (BRAGANÇA, 1980, p. 50).

Além dos textos autorais de análise teórico-política, a obra de Bragança também se destacava pela organização e compilação de materiais relevantes ao debate sobre o anticolonialismo e o anti-imperialismo, a exemplo do seu trabalho como editor, junto a Immanuel Wallerstein, dos três volumes da série *Quem é o inimigo? (The African Liberation Reader*, na versão anglófona), que compila textos de intervenção de nomes importantes no cenário político africano do fim da década de 1970. O texto introdutório da obra, redigido pelos editores, destaca que os movimentos de libertação nacional não surgem da mente de uma figura isolada ou da instigação de uma potência estrangeira, mas do descontentamento popular com as condições de opressão. Tais movimentos expressam

assim aspirações por um tipo de sociedade diferente, sendo, ao mesmo tempo, agentes da *libertação nacional* e da *luta de classes* (BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1982, p. iii).

Nesse trabalho de compilação para a antologia de textos, Bragança inseriu entrevistas que conduziu com líderes das lutas de libertação africanas. Nas perguntas apresentadas por Bragança, pode-se constatar a preocupação com os temas práticos, ligados ao confronto com o imperialismo. Como exemplo disso, tem-se o questionamento dirigido a Eduardo Mondlane, em 1968, a respeito da conversão da FRELIMO, de uma Frente aglutinadora de diferentes tendências independentistas, em um partido de orientação marxista-leninista. Isso demonstra como Bragança, em sua posição de intelectual, estava atento ao fato de que: “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma [...]” (MARX, 2013, p. 152). Em sua resposta, Mondlane afirmou:

Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social [...]. Há uma evolução de pensamento que se operou nos últimos 6 anos que pode me autorizar [...] concluir que a FRELIMO é agora, realmente, muito mais socialista, revolucionária e progressista, do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo de tipo marxista-leninista. Porque as condições de vida em Moçambique, o tipo de inimigo que nós temos, não admite qualquer outra alternativa. É impossível criar um Moçambique capitalista, seria ridículo o povo lutar para destruir a estrutura econômica do inimigo e reconstruí-la a favor do inimigo. (MONDLANE, 1978, p. 200)

As considerações teóricas acima destacadas refletem a atuação política da FRELIMO, em defesa não apenas da causa nacional frente ao colonialismo, mas da construção internacional do socialismo. Como intelectual ligado à FRELIMO, Bragança assumia a tese da premência da adoção de uma linha teórico-política específica (no caso, o marxismo-leninismo), pois compreendia que: “[...] o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas.” (MARX, 2013, p. 157). Foi com base nessa concepção que Moçambique, após obter sua independência, constituiu-se numa importante frente de apoio à luta anti-*apartheid* na África austral, sendo, como supracitado, por isso fustigado pelos países vizinhos que adotavam esse tipo de regime.

A postura internacionalista, acima referida, aparece em textos de Bragança voltados à imprensa, como *Reflexões sobre a dignidade de uma viagem*, elaborado em coautoria com António Souto, em que Bragança tece reflexões a partir de uma viagem diplomática feita em companhia do Presidente Samora Machel, e elucubra:

As reflexões proporcionadas por esta viagem mostram-nos como do ponto de vista da necessidade do nosso conceito de homem novo pode ser trágico o isolamento de uma sociedade, do mesmo modo que nas relações entre países se tem de lutar a cada passo contra a tragédia da alienação da soberania. Cooperar sem alienar a soberania, nem tão pouco defender a nossa soberania ilimitada sem nos isolarmos é pois, um primeiro ponto de reflexão que nos impõe esta viagem. (BRAGANÇA e SOUTO, 1982, p. 3)

Como pode-se constatar pela passagem acima, a atuação de Bragança no âmbito diplomático o posicionou em um ponto de vista privilegiado para observar os conflitos entre os interesses implicados em cada luta de libertação nacional, e o pôs diante da necessidade de se construir uma frente de luta mais ampla, capaz de produzir uma oposição ao imperialismo em escala internacional. Essa observância das idiosincrasias de cada insurgência anti-imperialista e a necessidade de um alcance maior e internacionalmente articulado dos movimentos independentistas foi uma constante ao longo da trajetória política e intelectual de Bragança. A articulação teórica entre luta anti-imperialista, no âmbito internacional, e a luta de classes, na escala nacional, aparecem sumarizadas por Bragança e Wallerstein em uma análise que ambos empreendem dos documentos produzidos pelos movimentos de libertação em África:

[...] assim que um movimento ultrapassa a fase de análise da sociedade existente e entra na fase de acção, tem também que teorizar acerca da definição do movimento como movimento, de forma a poder tomar decisões práticas de como conduzir a luta e com que grupos se aliar para derrotar o inimigo. Com efeito, recai a questão fulcral: quem é o inimigo? [...] virtualmente todos os movimentos situam a sua luta no enquadramento de uma luta de classes. Aceitam a legitimidade da análise de classe. *Mas* estão de facto empenhados numa luta *nacional*. Reconhecem a realidade e a importância política da estratificação interna nos seus países mas afirmam que a contradição fundamental é entre ocupante e ocupado, conquistador e conquistado, imperialista estrangeiro e *nacional*. (BRAGANÇA & WALLERSTEIN, 1978, p. 139-140, grifo dos autores)

O delineamento do corpo teórico e da linha de ação política dos movimentos de libertação em África, ilustrado pela passagem destacada acima, desconstrói determinadas vulgatas – comuns ao revisionismo e às falsificações históricas que eivam o debate

contemporâneo. Tais vulgatas incorrem na subtração do papel decisivo do marxismo, entendido como linha de interpretação e intervenção na realidade, nas lutas contra o jugo colonial no continente africano. O encadeamento entre o enfrentamento de classes e o confronto anti-imperialista, descrito por Bragança e Wallerstein, mostra que não escapava ao horizonte dos distintos movimentos de independência o caráter totalizante e internacional do modo de produção capitalista, o que lhes impunha a luta unificada contra o imperialismo como posição a ser tomada. Isso se evidencia quando pontuam que os movimentos:

Reconhecem também que existem traidores às lutas nacionalistas e que a origem desta traição é o interesse de classe individual. Portanto apelam para a unidade, mas não para uma unidade qualquer. Terá que ser, como disse A. Cabral, uma unidade de “classe-nacional”. (IBID., p. 140)

Com uma linguagem simples e objetiva, os autores articularam a questão nacional com a construção do socialismo, expressando a indissociabilidade das lutas ligadas a essas duas problemáticas. A síntese dessas duas frentes de luta expressava: “A preocupação de autonomia dos moçambicanos na família das forças anti-imperialistas, os seus aliados naturais[...]” (BRAGANÇA, 1980, p. 50). Os demais países que lutavam por sua independência apareciam, assim, *naturalmente* como parte da causa moçambicana, dando universalidade ao caráter nacional da luta por autodeterminação.

Proposições teóricas para África e América-Latina

África e América Latina constituem realidades distintas, cada qual com heterogeneidades significativas que lhe são internas. Todavia, esses dois continentes resguardam problemáticas comuns: as origens coloniais, a posição de subalternidade no contexto imperialista mundial e – como resultado dos fatores anteriores – um processo entravado e incompleto de autodeterminação de seus povos. O jugo material desses dois continentes se desdobra também numa subordinação simbólica, na medida em que eles se encontram apeados da possibilidade de construir suas soberanias científica e cultural. Como lembra Bragança: “O sistema colonial começava por desculturizar – isto é tirar os homens africanos da sua cultura” (BRAGANÇA, 1983, n.p).

Como resultado, os países latino-americanos e africanos passam a ficar desprovidos do instrumental para interpretar sua própria história, sujeitando-se às elaborações produzidas de modo exógeno, nos centros imperialistas. Bragança foi um intelectual que confrontou esse estado de coisas e apontou que uma das premissas para *construção da própria história* nos países que lutam por emancipação é a capacidade de *contar a própria história*. Bambera, por seu turno, ao tratar da América Latina, destaca que os compromissos que a ciência oficial tem com a ordem vigente a impelem a assumir apenas as metodologias de análise chanceladas por essa mesma ordem. A ciência assume, assim, o papel de mistificação, na medida em que se autoriza a desvelar apenas os *aspectos consentidos* da realidade (BAMBIRRA, 2013, p. 35).

Um dos entraves à possibilidade de construção autônoma do conhecimento e da história é a concepção teleológica. A teleologia consiste em uma narrativa com o final já estabelecido, seja ele a vitória ou a derrota da revolução. Assim, remonta-se o percurso dos acontecimentos como uma trajetória linear, que só poderia conduzir ao desfecho conhecido (o devir do processo e suas circunstâncias são eliminadas dessa construção). No caso das formulações sobre Moçambique, que foram alvo da crítica de Bragança e Depelchin (1986), não se aceitava qualquer história que não fosse aquela que elencasse os feitos e acertos que deflagraram o êxito militar da FRELIMO na guerra anticolonial: a vitória da FRELIMO consistia na prova da correção de todas as suas ações passadas, que eram, por sua vez, narradas como passos progressivos rumo ao desfecho triunfal. Essa construção idealizada do passado amarrava a crítica do presente: o partido era criticado apenas dentro das questões que ele próprio levantava e dos pressupostos que assumia.

O problema dessa abordagem triunfalista, acima referida, encontra sua contraparte na abordagem derrotista: que explica as revoluções que não obtiveram êxito pelos mesmos mecanismos apresentados acima, só que com sinal invertido. Assim, o balanço histórico das insurgências revolucionárias passa a ser feito mediante a apresentação dos equívocos e dos condicionantes que confluíram rumo à derrota final, sem que se considerassem os eventuais acertos e as contingências imprevisíveis que surgiram ao longo do percurso.

Transpondo essa problematização para a realidade latino-americana, impõe-se a necessidade de se construir balanços históricos das tentativas de ruptura radical que superassem o triunfalismo e o derrotismo teleológicos. Tendo isso em vista, deve-se buscar a superação de determinadas vulgatas, que atribuem êxitos e revezes das insurgências revolucionárias na América-Latina a episódios específicos, quando muito aos meios empregados pelos agentes, desconsiderando a métrica da luta de classes e das demais contradições que se condensam junto a ela nos momentos de crise. Em suma: a teleologia a que Bragança faz referência é aquela que nubla o fato de que “[...] na história, como em qualquer ciência, é necessário às vezes, voltar atrás e questionar os conhecimentos considerados definitivos” (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986, p. 33).

O rompimento com o *telos* histórico não implica na ação de elucubrar uma mera narrativa contrafactual – limitada ao exercício de questionar como estariam as coisas, caso um evento específico tivesse transcorrido de modo diferente. Também deve-se evitar, como também alertavam Bragança e Depelchin (IBID., p. 35), um espelhamento dos mecanismos de produção do discurso hegemônico, fadado a “[...] produzir uma história-propaganda cuja utilidade será limitada à função de contra-ideologia [...]”. A despeito de suas evidentes diferenças, as experiências de insurgência anti-imperialista, tanto em Moçambique como na América Latina, são o laboratório vivo da história, no qual podemos nos fiar para a construção de um conhecimento que sirva ao propósito da emancipação desses povos. Nesse sentido: “Ao fim e ao cabo a dificuldade principal parece ser a de colocar as perguntas fora das perguntas postas pela história já percorrida” (IBID., p. 38).

Tratando das problemáticas supracitadas na realidade latino-americana, o teórico equatoriano Augustín Cueva destaca que eventos como a Revolução Cubana não podem ser interpretados a partir de uma chave de leitura que se limite a identificar em que medida o marxismo foi a linha de orientação política determinante para o êxito da insurgência que partiu de Sierra Maestra. Segundo Cueva, a despeito do caráter inicialmente nacionalista dos revolucionários liderados por Fidel Castro ter assumido, no decorrer do conflito contra a intervenção imperialista norte-americana, contornos marxista-leninistas,

faz-se justificada a afirmação certa vez proferida por Castro de que antes de 1959 já era marxista, pois:

[...] a teoria revolucionária *strictu sensu* estava dada pela presença do marxismo-leninismo a nível mundial, mas existia ademais uma “aclimação latinoamericana” da dita teoria e uma visão do mundo inspirada nela, pletórica de vivências e símbolos nacionais. Na medida em que o materialismo histórico se enraíza na América Latina como marxismo-leninismo, isto é, como pensamento profundamente anti-imperialista, tampouco é de se estranhar que o líder cubano [...] ache natural unir aquele pensamento com nossa melhor tradição libertária, encarnada neste caso por José Martí. (CUEVA, 2020, p. 6)

Com isso, Cueva apresenta uma análise da relação entre marxismo e revolução que se alinha à preocupação de Bragança a respeito das posturas triunfalistas e derrotistas oriundas de uma interpretação teleológica da história. Isso pois, tal como defendido por Bragança e Depelchin, o autor equatoriano se propõe a problematizar os processos revolucionários latino-americanos *fora das perguntas postas pela história já percorrida*, assumindo essa postura teórica ao tratar de eventos como o Bogotazo (presenciado por Fidel, em 1948, na Colômbia), a Revolução Guatemalteca (de 1944 a 1954, que serviu de fonte de aprendizado para Ernesto Guevara) e a Revolução Boliviana (de 1952, que instruiu o operariado latino-americano sobre a necessidade de uma vanguarda organizada). Evocando tais experiências, Cueva lembra que:

[...] junto ao movimento das ideias está também o da realidade. Neste decisivo plano a Revolução Cubana é culminação e superação, ao mesmo tempo, de uma série de insurreições e revoluções que marcam toda a etapa do pós-guerra em América Latina. (CUEVA, 2020, p. 6)

Por conseguinte, o marxismo, como linha de interpretação teórica e de ação política, compartilhado por Bragança e Cueva, trata-se não de uma adesão ao discurso oficial do Estado socialista, mas da busca constante de uma leitura aberta da história. Segundo Bragança, quando o que está em causa é o marxismo-leninismo, deve-se entendê-lo como um instrumento de reflexão crítica, pois:

[...] quando ele não é utilizado como instrumento de análise, mas se se proclama do Marxismo, este instrumento corre o risco de se transformar numa ideologia, numa religião. E, bem entendido, a pior coisa que se pode fazer é institucionalizar o Marxismo. (BRAGANÇA e SOUTO, 1982, p. 3)

Como ilustrado na passagem acima, o marxismo de Bragança encontrou em sua adesão à FRELIMO o eco para o desdobramento, em ação política, das convicções teóricas que vinha construindo em sua trajetória intelectual. As razões pelas quais o marxismo acabou sendo a principal linha de interpretação e intervenção dos movimentos anticoloniais lusófonos – enquanto nas colônias francófonas a sua premência foi menor, e nas anglófonas acabou não obtendo centralidade – têm sido objeto de debate. Coletivos de autores como Ki-ZERBO *et al* apresentaram a questão da seguinte forma:

Em quais medidas, as diferentes políticas coloniais das três potências imperiais comporiam o resultado de diferenças ideológicas pós-coloniais entre as suas antigas colônias? Por exemplo, a fortíssima opressão do regime colonial português explicaria a radicalização ideológica mais veemente das suas vítimas coloniais? [...] Em todo o estado de coisas, as diferenças ideológicas pós-coloniais entre os países anglófonos, lusófonos e francófonos revelar-se-iam talvez de curta duração. É possível que os valores e as ideias trazidas pela colonização sejam, em definitivo, muito mais efêmeros que as continuidades culturais subjacentes da África autóctone. (KI-ZERBO, MAZRUI, *et al.*, 2015, p. 600)

Trazendo o debate acima referido à baila, Macamo (2012, p. 65) destaca que o fato de as colônias portuguesas terem começado seu processo de independência mais tarde que as britânicas e as francesas, tornando mais evidente a condição servil das vítimas da exploração colonial, lhes obriga a repensar sua condição à luz do contexto continental mais amplo. O panorama das nações africanas que haviam logrado obter sua independência nas décadas de 1950 e 1960 demonstrava que a constituição de um Estado independente, por si só, não resultava numa ruptura com a subordinação ao sistema imperialista. Assim, como destacava Bragança (1980, p. 44), tão importante quanto a escolha dos meios de libertação era “[...] o conteúdo a dar a futura independência”.

A vinculação direta entre o marxismo como linha de interpretação teórica e de intervenção na realidade surgiu, assim, não por meio de uma construção eurocêntrica da revolução em África como objeto de debate exógeno, mas como resultado das experiências entranhadas naquele ponto do processo da luta anticolonial. Em uma pesquisa sobre a influência marxista na revolução africana, o sociólogo suíço Jean Ziegler espantou-se ao saber que nenhum dos revolucionários da FRELIMO havia tido formação

teórica prévia em um Partido Comunista europeu, o que o levou a perguntar para Samora Machel qual tinha sido a primeira vez que ele houvera lido Marx:

“Bem”, disse o Presidente, “quando era jovem costumava ajudar o meu pai, que era camponês”. [...] Ziegler, começando a ficar impaciente, disse: “Sim, senhor Presidente, mas quando leu Marx pela primeira vez?”. “Bem”, disse Samora, “mais tarde na vida juntei-me à Frelimo e tomei parte na luta armada” E continuou falando dos conflitos políticos dentro dos movimentos, como a história de Nkavandame e dos novos exploradores. Tentando neutralizar estas evasivas de Samora, o sociólogo insistiu: “Sim, Sim, mas ainda não me disse quando foi a primeira vez que leu Marx” “Ah, isso”, respondeu Samora “Durante a luta de libertação alguém me deu um livro de Marx. À medida que o lia, apercebi-me que estava ‘a ler’ Marx pela segunda vez. (CHRISTIE, 1996, p. 187-188)

No âmbito político, onde o tratamento teórico deriva em prática, a abordagem de Aquino de Bragança inseria Moçambique no contexto de luta pela emancipação da África, buscando articular como a questão nacional se conectava ao panorama mais amplo, de combate à subjugação do terceiro mundo pelo imperialismo. Nesse sentido, Bragança parte de um levantamento de fenômenos concretos que ensejaram uma agudização do processo exploratório e uma tomada de consciência de classe, *pari passu* à construção dos movimentos de libertação nacional. Foram essas condições que permitiram o florescimento e a consolidação do pensamento marxista como linha teórico-política de ação da luta por libertação em Moçambique. Como rememoram Bragança e Wallerstein:

Aimé Cesaire escreveu em sua Carta a Maurice Thorez em 1959 rejeitando o “fraternalismo” do Partido Comunista Francês da mesma forma como rejeitava o paternalismo das autoridades colonialistas francesas. Na África portuguesa foi sentido o mesmo tipo de choque quando o Movimento Anti-Colonialista foi fundado em 1958. O próprio nome desmascara o jogo. Os comunistas portugueses davam prioridade à luta anti-fascista, ao passo que os africanos consideravam que devia ser dada prioridade à sua luta anti-colonialista. (BRAGANÇA e WALLERSTEIN, 1978, p. 141).

A priorização das frentes de confrontação à ordem imperialista também foi objeto de escrutínio de autores latino-americanos como Ruy Mauro Marini (2017, p. 256-270), que, ao analisar a situação brasileira pós-1964, identificou que o fato de o país ter ocupado o primeiro lugar na América Latina nos programas de financiamento oriundos dos países imperialistas não significou uma ruptura com as condições de dependência do Brasil, pelo contrário: na medida em que o capital estrangeiro se recusou a promover os setores reservados aos países avançados, a tendência à monopolização foi reforçada

internamente, desnacionalizando a indústria e falindo as pequenas e médias empresas. Reservou-se, assim, ao Brasil o papel de nação subimperialista, capaz de garantir aos monopólios estrangeiros a participação no processo de exploração do trabalhador brasileiro. Dessa forma, o Brasil é mantido sob a dependência e, concomitantemente, atua como garantidora do processo de sujeição da América Latina ao imperialismo. Mediante a tal diagnóstico, Marini assume que a posição conseqüente para o enfrentamento da dependência é uma articulação das classes operárias latino-americanas, visando a uma revolução de alcance continental capaz de fazer frente ao Império. Nesse caso, como no analisado por Bragança, a identificação do inimigo a ser enfrentado é o ponto decisivo na definição das estratégias a serem adotadas nas lutas por libertação.

A percepção de Bragança e Marini sobre a centralidade dessa problemática coincide com a de outro grande intelectual, destacado na luta pela libertação da África lusófona: Amílcar Cabral. A necessidade de articulação entre cada luta por libertação nacional e a luta pela emancipação africana, advogada por Cabral, fazia com que Bragança atribuísse a esse pensador uma dimensão universal, afirmando: “Posso dizer-lhe que, depois de ter lido Marx e Lenine, Cabral soube encontrar instrumentos de análise que permitiram a libertação de um povo e a criação de uma contra-sociedade organizada.” (BRAGANÇA, 1983).

A universalidade que Bragança (IBID.) identificava em Cabral reside, precisamente, no fato de que todas as nações subjugadas pelo imperialismo estão abertas a ler *Marx pela segunda vez*. Portanto, não se trata de se fazer tábula rasa das profundas diferenças existentes entre o continente africano e a América Latina, tampouco das heterogeneidades internas entre as nações e povos que compõem essas duas realidades continentais, pois:

[...] por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local – nacional – mais ou menos influenciável pela ação dos fatores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução das contradições internas de várias ordens que caracterizam essa realidade. O sucesso da revolução

cubana, que se desenvolve a 90 milhas da maior força imperialista e antissocialista de todos os tempos, parece-nos ser, no seu conteúdo e na forma como tem evoluído, uma ilustração prática e convincente da validade do princípio acima referido. (CABRAL, 2019, p. 123-124)

Cabral trata aqui da vinculação entre a questão nacional e a construção do socialismo, que também era objeto de preocupação de Bragança – como mostrado na seção anterior. Em linha com o apontado por Cabral, Bragança entendia que a história da resistência anticolonial era a história da construção dos movimentos de libertação nacional, em alguma medida unificados, buscando encarnar, concomitantemente, a luta de classes e a luta por independência dos trabalhadores. Essas histórias não poderiam ser analisadas de maneira isolada, pois a emergência desse movimento em um país particular se dá em função do contexto político do sistema mundial como um todo. (BRAGANCA e WALLERSTEIN, 1982, p. V).

Tendo isso em vista, para criar um movimento antissistêmico de escala global, faz-se necessário mobilizar os trabalhadores nas escalas confinadas pelos estados nacionais. Ocorre que – ainda segundo Bragança e Wallerstein (IBID., loc cit) – esse recorte geográfico é, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza das lutas anti-imperialistas. É a força porque é nessa escala que a insurgência organizada se mantém próxima da classe trabalhadora (rural e urbana). É a fraqueza porque a burguesia, a despeito de ser fragmentada e ter interesses concorrentes, assume seu caráter global no enfrentamento aos trabalhadores no âmbito internacional. Assim, no caso de uma força anti-imperialista assumir o poder em seu país, é fundamental que ela não perca de vista que a soberania do Estado nação nada mais é que uma ficção jurídica que pode ser utilizada como ponto de apoio tático (IBID., p. VI).

A reflexão acima demonstra como a experiência moçambicana aguçava a percepção de Bragança sobre os limites do Estado, pois no centro da discussão sobre o marxismo: “destaca-se a questão da natureza do Estado, o que significa automaticamente, discutir as relações das classes dominantes [...]” (BRAGANÇA e DEPELCHIN, 1986, p. 40). Pode-se ver, assim como estava claro para Bragança, que a efetivação de um Estado socialista não esgota a contradição de classe. Segundo o autor, conjuntamente a Souto:

Seja numa formação social predominantemente capitalista, ou em transição para o socialismo, a verdade bem conhecida é que o aparelho de Estado sempre assume um caráter conservador. Quando os dirigentes do aparelho de Estado conquistam cargos impulsionados por interesses econômicos ou pela sede de poder, os resultados são óbvios. A dimensão destas situações é por demais conhecida. A constatação é imediata: a cada momento temos de nos bater contra o caráter conservador do Estado. Naquilo que nos diz respeito temos de nos bater para manter sempre vivos os princípios humanistas do marxismo. (BRAGANÇA & SOUTO, 1982, p. 3)

A capacidade, acima demonstrada, de produzir uma crítica ao Estado socialista, mesmo tomando parte de um, expressa como Bragança se orientava para uma análise não autofóbica do socialismo. O fundamental é: “Como se irá combater a propaganda ideológica de direita, sem produzir uma história propaganda cuja utilidade será limitada à função de contra-ideologia [...]” (BRAGANÇA & DEPELCHIN, 1986, p. 35). Para o autor, a *análise concreta da situação concreta*, com o devido enfrentamento de todos os percalços atravessados, era uma parte fundamental da construção de um conhecimento que servisse às lutas de emancipação. Pois, como lembrava Amílcar Cabral: “[...] se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo nutridas por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma revolução sem teoria revolucionária.” (CABRAL, 2019, p. 125).

Considerações finais

Mediante ao aqui exposto, torna-se possível asseverar que cabe a Aquino de Bragança o estatuto de universalidade que o autor atribuía a Amílcar Cabral. As reflexões construídas a partir da realidade moçambicana podem ser o ponto de partida para formulações mais amplas, que consubstanciem a luta anti-imperialista em seus diferentes âmbitos e escalas. Pois – parafraseando Ruy Mauro Marini (2017, p. 47) – é por meio de obras como a de Bragança que podemos compreender que a história do subdesenvolvimento da América Latina e da África é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Na primeira seção, buscou-se apresentar a maneira pela qual Bragança foi capaz de interagir politicamente, mantendo seu distanciamento crítico do processo revolucionário em que tomava parte. Na seção subsequente, intentou-se demonstrar como

as ponderações produzidas por Bragança, nos contextos particulares por ele vivenciados, podem ser objeto de reflexões mais abrangentes. Espera-se, por conseguinte, que se tenha aqui contribuído para que a obra desse autor fomente o debate crítico sobre os caminhos para a emancipação dos povos subalternizados pelo imperialismo.

Em tempos em que convivemos com um capitalismo hegemônico e em crise, a dimensão do sonho de um outro tipo de sociedade precisa ser retomada. O trabalho de Bragança pode lembrar o que já foi feito nesse sentido e o que podemos depreender dessas experiências. Como ele colocou certa vez: “Era preciso sonhar. Deitar abaixo o império. E deitamos abaixo, heim”. (BRAGANÇA, 1983, n.p).

Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2013.

BRAGANÇA, A. D. O marxismo de Samora. Três Continentes, Lisboa, p.43-48, set. 1980.

BRAGANÇA, A. D. Amílcar Cabral tem dimensão universal - Aquino de Bragança à "O Jornal". O Jornal, Lisboa, fev., 1983.

BRAGANÇA, A. D. Independência sem Descolonização: A Transferência do Poder em Moçambique, 1974-1975 - Notas sobre os seus antecedentes. Estudos Moçambicanos, Maputo, 5 maio 1986. p 7-28.

BRAGANÇA, A. D.; DEPELCHIN, J. Da idealização da FRELIMO à Compreensão da História de Moçambique. Estudos Moçambicanos, Maputo, p. 29-52, 15 de jun.1986.

BRAGANÇA, A. D.; SOUTO, A. Reflexões sobre a dignidade de uma viagem. Domingo, Maputo, p. 3- 2, maio 1982.

BRAGANÇA, A. D.; WALLERSTEIN, I. Teoria. In: BRAGANÇA, A. D.; WALLERSTEIN I. M. (ORG) Quem é o inimigo (II)? Os movimentos de libertação nacional. Lisboa: Iniciativa Editoriais, 1978. p. 139-142.

BRAGANCA, A. D.; WALLERSTEIN, I. M. Introduction. In: BRAGANCA, A. D.; WALLERSTEIN, I. M. (ORG.) *The African Liberation Reader Documents of the National Liberation Movements The Strategy of Liberation*. Londres: Zed Press, 1982. p. iii-vi.

CABRAL, A. A arma da teoria: Discurso para a Primeira Conferência Tricontinental dos Povos da Ásia, África e América Latina, de janeiro de 1966 em Havana, Cuba. In: MANOEL, J.; LANDI_G.(ORG.) *Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p. 119-180.

CAHEN, M. Moçambique: o marxismo, a nação e o Estado (Entrevista concedida à Angela Lazagna). *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 118-130, 2007. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/entrevista17entrevista1.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

CHRISTIE, I. *Samora: uma biografia*. Maputo: Ndjira, 1996.

CUEVA, A. O Marxismo Latinoamericano: História e problemas atuais. *Lavra Palavra*, São Paulo, agosto 2020. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2020/08/21/o-marxismo-latinoamericano-historia-e-problemas-atuais/>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

DARCH, C. Prefácio. In: MONDANI, M. (ORG) *Sonhar é Preciso - Aquino de Bragança: Independência e Revolução na África Portuguesa (1980-1986)*. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 11-18.

DARCH, C. Transversalidade no Centro de Estudos Africanos em Moçambique, 1976-1986: a construção de uma nova visão nas ciências sociais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 112-133, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141742>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

GEFFRAY, C. *Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985) : du bon usage d'une méconnaissance scientifique*. In: GUILLAUD, Y.; LÉTANG_F.(ORG) *Du social hors la*

loi: L'anthropologie analytique de Christian Geffray [en ligne]. Marselha: IRD Éditions, 2009, 2009. Disponível em: <<http://books.openedition.org/irdeditions/183>>.

KI-ZERBO, J. et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (ORG.) História geral da África, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2015. p. 565-602.

MACAMO, E. Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade. In: SILVA, T. C. E.; COELHO, J. P. B.; SOUTO_A._N.(ORG.) Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar: CODESRIA, 2012. p. 63-73.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis : Insular, 2017.

MARX, K. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. In: MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. 3º. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. Ano original de publicação: 1844.

MONDLANE, E. A Evolução da FRELIMO. In: BRAGANÇA, A. D.; WALLERSTEIN, I. (ORG) Quem é o inimigo (II)? Os movimentos de libertação nacional. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. p. 200-201.